



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA**  
**ATA 01 DE RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2013**

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às oito horas e dez minutos, a Comissão de Apoio, juntamente com o Sr. Pregoeiro, Ronerson Bueno, reuniram-se para o ato de análise e julgamento da impugnação interposta pela empresa **LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA** contra o edital Pregão Presencial nº 13/2013, referente a aquisição de pneu.

A impugnação em apertada síntese pretende:

I - A empresa inicia expondo que o edital exige que: *“as licitantes deverão cotar somente, pneus homologados pelas montadoras, ou seja, aquelas marcas/modelos, destinados aos veículos zero quilômetro”*.

Com base nesta cláusula a empresa afirma que *“[...] no tocante ao serviço de montagem, dos pneus adquiridos para a frota do órgão público, o mais razoável é elaborar uma licitação específica de prestação de serviços [...]”*, fato que a Comissão ficou sem entender a referida impugnação, pois o edital trata-se de aquisição de pneus e não de serviços. *“[...] até por que a prestação do serviço provavelmente será realizada no próprio município, afim de diminuir os custos, sendo que neste âmbito ai sim justifica a delimitação geográfica do certame”*, sendo que novamente a Comissão fica sem entender sobre o que a empresa está se referindo, pois não há delimitação geográfica no edital e a cláusula supra referida não tem nada a ver com serviços ou com delimitação geográfica.

II – A empresa cita o princípio da isonomia alegando que o edital acrescentou disposição de restrição geográfica, finalizando com a seguinte afirmação: *“No caso em tela a administração pública restringiu de maneira desarrazoada o objeto aquisição de pneus ao tempo que condicionou a substituição e calibração”*, novamente a Comissão fica sem compreender o que a empresa pretende, pois não há em nenhum lugar do edital a afirmação de condicionamento a substituição e calibração.





III – Por fim a empresa alega que além do princípio da isonomia, foi ferido também o princípio da competitividade, requerendo “à administração pública a não retificação do edital. (grifo nosso)” Isto mesmo, a empresa após larga argumentação infundada e sem contexto ou concordância de sentidos, prima pela não retificação do edital, solicitando em também o recebimento e processamento da impugnação, a apreciação do recurso com a resposta do mesmo.

A Comissão à vista dos autos passa a tecer as seguintes considerações:

1 – Preliminarmente faz-se necessário frisar que nossos editais são pautados sob a legalidade e na busca do aperfeiçoamento e aprimoramento dos produtos;

2 – Para excluir ou modificar uma cláusula, antes se faz necessário verificar se, realmente, a mesma está incorreta, restritiva ou ilegal;

3 – A Comissão apesar de não entender as solicitações, sem sentido, da ora impugnante, decide manifestar-se apenas sobre a única passagem da impugnação que refere-se ao edital, ou seja, a cláusula 1.4, “*As licitantes deverão cotar somente, pneus homologados pelas montadoras, ou seja, aquelas marcas/modelos, destinados aos veículos zero quilômetro*”.

Quanto à referida cláusula, a solicitação de declaração de “cotação de pneus homologados pelas montadoras” possuem justificativa, não se tratando de uma mera liberalidade da Administração. Tal medida é essencial, requisito técnico de segurança, que contribui na aquisição de produtos de qualidade e de melhor aplicabilidade do dinheiro público. Além do mais, o Brasil conta hoje com um segmento de montadoras composta por **dezoito empresas, todas subsidiárias de multinacionais** (dados de 2011). Quatro delas (General Motors, Volkswagen, Ford e Fiat) estão instaladas no Brasil há várias décadas. Outras dez montadoras (Renault, PSA Peugeot Citroën, Toyota, Honda, Hyundai, Nissan, Daimler Chrysler etc.), instalaram unidades de produção de automóveis no Brasil somente na segunda metade da década de 90: “*A indústria automobilística brasileira tem 14 empresas fabricantes de automóveis e comerciais*





*leves, em 20 fábricas espalhadas em oito estados brasileiros. (ANFAVEA, Guia Setorial da Indústria Automobilística Brasileira, 2010, pg.20) ”.*

Cabe a Comissão salientar que falsas imputações são casos, inclusive, de danos morais, além de que, como já supra referido, o Brasil conta, hoje, com uma gama enorme de montadoras instaladas em seu território, ou seja, se o edital fosse, o que não é, delimitado geograficamente, mesmo assim, teria uma ampla disputa, senão vejamos, conforme DADOS e PROVAS atualizados:

*“A indústria automobilística brasileira dispõe de um parque industrial espalhado por oito estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás e Ceará. No total, são 49 fábricas que em 2009 foram responsáveis pela produção de 3,18 milhões de autoveículos e 66 mil máquinas agrícolas. Em São Paulo, há a maior concentração de fábricas, com 19 plantas industriais situadas em 11 cidades: Campinas (Mercedes-Benz), Indaiatuba (Toyota), Mogi das Cruzes (Valtra e General Motors), Piracicaba (Caterpillar e CNH), São Bernardo do Campo (Ford, Karman-Ghia, Mercedes-Benz, Scania, Toyota e Volkswagen), São Caetano do Sul (General Motors), São Carlos (Volkswagen), São José dos Campos (General Motors), Suzano (Komatsu), Sumaré (Honda), Taubaté (Ford e Volkswagen). O Rio Grande do Sul é o segundo estado brasileiro em concentração de fábricas de autoveículos e máquinas agrícolas. As nove unidades industriais estão espalhadas por sete cidades: (AGCO/Massey), Caxias do Sul (Agrale e International), Gravataí (General Motors), Horizontina (John Deere), Ibirubá (AGCO/Massey), Montenegro (John Deere) e Santa Rosa (AGCO/Massey). No Paraná, duas cidades concentram cinco plantas industriais: Curitiba (CNH Case/New Holland e Volvo) e São José dos Pinhais (Nissan, Renault e Volkswagen). Em Minas Gerais são quatro fábricas localizadas nas cidades de Betim (Fiat), Contagem (CNH Case/New Holland), Juiz de Fora (Mercedes-Benz) e Sete Lagoas (Iveco). O estado de Goiás tem em seu território três fábricas em duas cidades: Anápolis (Hyundai) e Catalão (John Deere e Mitsubishi). O Rio de Janeiro possui duas unidades de produção: uma em Porto Real (Peugeot Citroën) e a outra em Resende, MAN (Volkswagen Caminhões e Ônibus). A Bahia e o Ceará fecham a lista de estados produtores de veículos com duas fábricas da Ford. No território baiano, a unidade de produção fica em Camaçari, enquanto a planta industrial do Ceará está localizada em Horizonte (Troller). (ANFAVEA, Guia Setorial da Indústria Automobilística Brasileira, 2010, pg.20) ”*





No mesmo sentido:

*“O Brasil voltou a passar a Alemanha e é hoje o quarto colocado no ranking mundial de vendas de veículos. O resultado refere-se ao acumulado dos sete primeiros meses do ano. O país havia perdido a posição para os alemães no final do primeiro semestre, depois de três meses no quarto lugar. A disputa segue acirrada com apenas 23 mil automóveis a mais dos brasileiros em relação aos alemães. Os especialistas do setor, no entanto, garantem que a partir do ano que vem, o Brasil deverá se distanciar da Alemanha. As previsões indicam ainda que o país deverá ser o terceiro do ranking até o final da década, ultrapassando os japoneses que atualmente tem a marca de 3,1 milhões de veículos consumidos no acumulado dos primeiros sete meses do ano. Na frente dos japoneses estão apenas os EUA e a China. Nos primeiros sete meses do ano o Brasil vendeu 1,882 milhão de veículos, incluindo caminhões e ônibus. Isso representa um crescimento de 8,5% em relação ao mesmo período de 2009. Os alemães tiveram uma queda de 27% no mesmo período. Uma das possíveis causas da queda de vendas no mercado alemão está atrelada ao fim dos subsídios governamentais para a venda de carros, que ocorreu esse ano. Essa foi uma medida muito adotada por diversos países para incentivar o consumo, inclusive o Brasil. O Brasil comemora o bom momento e vê a possibilidade de chegar ao fim do ano com uma diferença de aproximadamente 400 mil veículos para a Alemanha. A previsão, que foi feita a partir de um estudo da consultoria internacional Roland Berger, garantiria o Brasil como quarto colocado do ranking mundial. As montadoras no país já anunciaram que investirão US\$ 11,2 bilhões nos próximos dois anos. Além disso, o Brasil conta com a construção de três novas fábricas em seu território. Uma da Toyota, outra da montadoras de automóveis estão instaladas no Brasil. Hyundai e uma terceira da chinesa Chery. Atualmente, 18 (Fonte: Revista Mercado Automotivo, postado por Natália Totti, 06/09/2010, site [http://www.redeancora.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=119:brasil-volta-quarto&catid=1:latest-news&Itemid=18](http://www.redeancora.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=119:brasil-volta-quarto&catid=1:latest-news&Itemid=18))”*

E também:

*“A produção brasileira de pneus ocorreu em 1934, quando foi implantado o Plano Geral de Viação Nacional. No entanto, a concretização desse plano aconteceu em 1936 com a instalação da Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha – mais conhecida como Pneus Brasil – no Rio de Janeiro, que em seu primeiro ano de vida fabricou mais de 29 mil pneus. Entre 1938 e 1941, outras grandes fabricantes do mundo passaram a produzir seus pneus no País, elevando*





*a produção nacional para 441 mil unidades. No final dos anos 1980, o Brasil já tinha produzido mais de 29 milhões de pneus. Desde então, o Brasil conta com a instalação de 15 fábricas de pneus, das quais cinco internacionais: Bridgestone, Continental, Goodyear, Michelin e Pirelli.” (ANIP – Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, dados do site <http://www.anip.com.br/index.php?cont=anip>).*

Uma função básica para todas as montadoras de automóveis localizadas no Brasil é a necessidade de promover a **ambientação** de produtos e avançar no conceito de **tropicalização**, que significa adequar o automóvel às condições de mercado, que implicam: ajuste nas especificações do veículo, tais como homologação segundo requisitos locais; particularidades do clima e temperatura. Isso inclui as peças e acessórios utilizados nos mesmos de acordo com as condições locais. Quebrar esta sinergia das atividades realizadas pelas montadoras, ligadas ao desenvolvimento de produtos, vai de encontro a tudo o que há de mais sensato e aos princípios da economicidade e primazia do interesse público sobre o privado. **Adquirir produtos não homologados por montadoras pode sujeitar a quebra de garantia dos mesmos e risco de segurança.** Tal solicitação se adéqua perfeitamente com o Artigo 37 XXI da CF/88, pois trata-se de uma qualificação técnica indispensável à garantia do cumprimento da obrigação, ou seja, conforme o exposto, garantia e confiabilidade técnica do produto.

Após as considerações preliminares, apenas para não deixar passar em branco, é notável a desídia da empresa impugnante ao contestar o edital, sem ao menos ter o cuidado do que se tratava seu objeto. O edital trata-se de aquisição de pneus, e em nenhum momento refere-se a serviço ou condiciona-o a substituição e calibragem de pneus, vide item I e II desta ata. A empresa não manteve o cuidado também ao citar artigo de lei desatualizado (Artigo 3º da Lei 8.666/93 em seu inciso I não menciona as cooperativas), sem falar nas afirmações infundadas, sem nenhuma comprovação do que se estava argüindo, e por muitas vezes sem sentido ao ponto de afirmar que não queria a retificação do edital, como medida de boa-fé nas relações público-privadas.





A Comissão repete e reitera que em nenhum momento o edital prevê cláusula que frustre ou impeça a participação de licitantes, não havendo nenhuma ilegalidade, sendo que ainda justificamos com dados comprovados por revista especializada as nossas argumentações.

Encaminham-se os autos ao Sr. Prefeito Municipal para deliberação, sobre o acolhimento ou não do parecer da Comissão.

A íntegra desta ata encontrar-se-á disponível no site do Município, pelo endereço [www.vacaria.rs.gov.br](http://www.vacaria.rs.gov.br). Nada mais havendo a relatar, o Sr. Pregoeiro encerrou a sessão.

*Acolho parecer da Comissão e determino  
o prosseguimento do edital.*

*11/3/13*